

5.

PODER SEGUIR ADIANTE

5.1.

LUTO

O limite temporal para os cuidados oferecidos é uma das características inerentes à instituição de acolhimento, fundamentando sua existência. É uma questão que marca todo o processo desde o início e mobiliza angústias desde então, pois é uma proteção que tem prazo limite para sua atuação.

A saída compulsória se torna mais real e nítida à medida em que o adolescente vai ficando mais velho e, na proporção inversa, vão diminuindo suas possibilidades de adoção ou de retorno familiar. Aos poucos, a certeza do momento vai se tornando mais presente, tanto para a equipe quanto para os próprios adolescentes. O que vem depois é o desconhecido e a ameaça de reviver o desamparo. O fato de o espaço se constituir e ser reconhecido como lugar de proteção e cuidado não lhes é garantia de que viverão experiências semelhantes após a saída, tornando esse momento um tanto assustador.

Sair da instituição compulsoriamente expõe a certeza de que não conseguiram ter acesso a uma família de acordo com os padrões esperados, além de também representar que a entidade não deu conta de seus propósitos: reintegrá-los ou encontrar família substituta. Mesmo experienciando um novo meio suficientemente bom e construindo novos laços com outras pessoas, a perda dos vínculos com a família de origem e pessoas importantes nas experiências anteriores precisa ser elaborada através de um processo de luto. Ainda que seja um processo que se desperte a partir de perdas, esta é também uma etapa necessária para a formação de novos vínculos.

A perda que desencadeia o processo de luto pode ser tanto concreta quanto simbólica, mas se trata de uma perda que altera o significado da vida. O indivíduo então precisará se adaptar ao mundo sem a presença do objeto perdido, assim como precisará buscar novos significados em novos objetos. A vivência adequada do

processo de luto possibilita uma reorganização psíquica e afetiva, a formação de novos vínculos e a continuidade da vida de modo mais saudável.

Em *Luto e Melancolia*, Freud ([1915] 2010) mostra que há certa medida para o direcionamento da capacidade amorosa: após se dirigir para o ego no início do desenvolvimento, a libido passa a ser direcionada para objetos externos, que, por sua vez, são incorporados ao próprio ego. Se eles são destruídos ou perdidos, a capacidade amorosa é liberada para recorrer a outros objetos ou retornar temporariamente ao próprio indivíduo. Porém, há momentos em que a libido se apega aos objetos perdidos mesmo quando dispõe de substitutos, e não renuncia aos anteriores, tornando seu desprendimento um processo demorado.

O luto implica uma perda objetal, seja concreta ou de alguma abstração que ocupou o lugar de um ente querido. Através do teste de realidade o indivíduo percebe que o objeto ao qual ele dirigia seu investimento afetivo já não está mais presente, gerando um desapontamento. Tal relação acaba por ser destroçada, exigindo que a libido retire suas ligações do objeto. Por conseguinte, em vez de a libido ser deslocada para outro objeto passa a ser direcionada para o próprio ego, provocando uma identificação com o objeto abandonado. A perda objetal é antes uma perda que acontece no próprio ego.

Durante esse trabalho o ego fica absorvido, levando à inibição e à perda de interesse no mundo externo. É necessário tempo para que a libido seja libertada do objeto perdido, o que raramente acontece com facilidade, mesmo que já haja a presença de um objeto substituto. As lembranças e afetos que a libido vincula a ele continuam a serem evocados. Contudo, o indivíduo se confronta com a realidade de que o objeto já não existe mais, ao mesmo tempo em que o ego continua sob influência das satisfações narcísicas de estar vivo. Quando o desligamento finalmente se dá, o ego fica novamente desimpedido e livre para investir em novos objetos.

Kehl (1989) afirma que o luto é impedido de ser elaborado quando as representações daquilo que provocam dor foram banidas da consciência pelos mecanismos de defesa. Nisso, o que se dá é o esquecimento traumático, no qual a experiência fica congelada e a história passa a mobilizar medo dela mesma, pois carrega consigo ferimentos e frustrações com os quais o indivíduo não quer se deparar. O desejo e angústia ficam dissociados das significações, se repetindo como sintoma.

No luto vivenciado pelos adolescentes se manifestam ambivalências, que surgem em discursos que desvalorizam o abrigo e as experiências vividas ali dentro. São sentimentos hostis, agressivos ou de menos valia para com o lugar que mesmo estando presentes antes da imposição da saída, se intensificam quando chega esse momento. Eles ganham prevalência em relação às lembranças e sentimentos positivos, pois, em um primeiro momento, facilitam a perspectiva do distanciamento.

Porém, esse assunto, como tantos outros, corre o risco de se tornar um tabu dentro da instituição e assim ser silenciado. Esse às vezes é um fato que “é sabido, mas não é falado” (TINOCO, 2007:29). É frequente haver um processo silenciador ativo, não apenas sobre o processo de desinstitucionalização, mas também sobre as histórias passadas, principalmente quando essas estão associadas a sofrimentos e rupturas. São assuntos que se mantêm omitidos e em segredo, como se fosse um recurso para preservá-los e/ou protegê-los de alguma ameaça (BERNARDI, 2001; ARPINI, 2003).

Há um impasse entre a necessidade de uma escuta qualificada que respeite a individualidade e a capacidade das crianças e adolescentes em suportarem certos dados e narrativas e a necessidade de tratar temas dolorosos, como as diversas formas de violência a que foram submetidos. Isso marca as relações entre os adolescentes e os adultos, à medida que estes o fazem justamente por julgarem que eles não têm capacidade para lidar com certos sentimentos e situações. Assim, zonas cinzentas são criadas, mas o silêncio não impede que os acontecimentos ainda permeiem as relações, dificultando indagações, conversas e esclarecimentos e principalmente a elaboração do vivido.

Os espaços e oportunidades para a escuta e a conversa devem levar em consideração a capacidade de compreensão, os interesses presentes nos diferentes momentos do desenvolvimento, e o processo individual de apropriação da própria história, bem como a avaliação dos prejuízos e benefícios que determinada informação pode trazer. O contato interpessoal entre o profissional e o adolescente precisa ser revestido de cuidados éticos e técnicos para que ele não seja privado de informações importantes, assim como também não seja exposto a revitimizações, o que acontece quando a situação de dano é revivida e repetida através da constante exposição dos fatos sem o devido cuidado com as emoções envolvidas.

É preciso falar não só das vivências passadas, mas também das futuras. Dentre os inúmeros fatores que contribuem para a resistência à conversa está a falta de respostas acerca do que pode acontecer dali em diante. Falar disso é ter que defrontar cada um dos envolvidos com suas próprias incertezas. Tinoco (2007) identificou que os educadores e as equipes em geral estão envolvidos com a questão da saída, ainda que resistam a falar sobre. Eles podem se sentir identificados e paralisados ao perceberem que a função que determina a sua existência enquanto tal não será mais realizada, e que aquilo que era possível fazer pelos adolescentes, o cuidado e a segurança, não estará mais ao seu alcance. Ao mesmo tempo, eles também se mostram implicados na busca por soluções concretas acerca das demandas que se apresentam após o desacolhimento.

Discutir o assunto, mesmo que os adultos responsáveis não saibam dar todas as respostas, indica que a instituição, de um modo geral, está implicada e também se preocupa com o momento e que o adolescente não está sozinho na busca por soluções, o que de alguma forma já transmite alguma confiança e suporte.

Ao serem confrontados com o desligamento, antigas questões, afetos e lembranças relacionados às vivências anteriores, principalmente à família de origem, marcadas pelo desamparo tendem a ser reatualizadas, o que pode ser muito difícil para alguns deles. Entre o receio da ruptura que está por vir, a angústia e lembranças com a família de origem, os repetidos vínculos rompidos, o sentimento de desamparo tende a aumentar. São questões às vezes silenciadas por eles mesmos, pelo caráter traumático que carregam, mas também pela angústia provocada por terem que lidar com um futuro tão incerto quanto suas vidas foram em momentos passados.

Poder falar sobre as dificuldades do momento da saída é também poder expor os desejos, expectativas e receios sobre o futuro. No contato com o passado, às vezes aparentemente esquecido, também emergem fantasias que não são produtos arbitrários da imaginação, mas sim resquícios das lembranças infantis esquecidas, tecidas sobre os traços de memória da história vivida (SOUZA e COL, 2012).

Faz-se necessário elaborar as rupturas vividas para não repetir o padrão de abandono e vulnerabilidade que marcou suas histórias até então. O desejo de ter uma família pode significar não só a importância desse grupo propriamente dito e o desejo de reconstruir as experiências perdidas, mas principalmente a possibilidade

estabelecer vínculos estáveis e positivos com as pessoas ao seu entorno e de se sentir novamente pertencente a um lugar.

É comum o desejo de poder adquirir bens materiais e ter recursos financeiros, indicando a necessidade de alguma estabilidade (TINOCO, 2007; GONSALVES e GARCIA, 2007). Embora absorvam o discurso de que dinheiro não é tão importante, não o ter diminui consideravelmente as possibilidades de sobrevivência e os remete à falta de base e segurança implicadas na situação de desamparo social. Ainda que seja essencial elaborar as questões afetivas a fim de fortalecê-los e construir recursos subjetivos para enfrentar os impasses futuros, é também igualmente essencial pensar sobre as questões objetivas, a fim de que eles possam se organizar para garantir a sobrevivência. Ao saírem do abrigo, o ideal é que haja garantido ao menos moradia, emprego e alguma reserva financeira.

Narrativas dos jovens prestes a serem desinstitucionalizados expõem a fantasia de que as relações com o abrigo devem ser cortadas por completo como recurso para que seja possível seguir adiante (LEVY e JONATHAN, 2014). Isso reside na crença de que a manutenção de algum sentimento ou vínculo com a história passada pode impossibilitar a continuidade da vida. É como se as reações de pesar pelas perdas, antigas e atuais, fossem incompatíveis com a adaptação diante de novos contextos, e com a formação de novos vínculos e o investimento em novas experiências.

Freud, em *A Transitoriedade* ([1916], 2010), afirma que a exigência de imortalidade daquilo que tem valor para o indivíduo é um produto do seu desejo. Este, entretanto, não se impõe à realidade, pois os objetos continuam sendo efêmeros, independente da vontade humana. Imaginar ou pensar sobre sua transitoriedade pode antecipar o sofrimento pela sua perda. Como a psique recua instintivamente do que é doloroso, produz-se uma revolta contra o luto, pois o prazer despertado por determinado objeto fica prejudicado.

A limitação da existência dos objetos no tempo é justamente o que aumenta a sua preciosidade. A transitoriedade não deve perturbar a alegria proporcionada, assim como os objetos perdidos não devem perder seu valor mesmo após se mostrarem frágeis, pois este é determinado pelo seu significado para a vida emocional, ainda que seja marcado pela efemeridade. A renúncia ao que é precioso, porém, não durável, faz parte do estado de luto pela perda, e quando esse processo acaba a libido está livre para substituir os objetos perdidos por novos, tão ou mais

preciosos que aqueles. Tal compreensão pode servir para conter um pouco as angústias, principalmente quando chega o momento do desligamento, em que um trabalho de luto precisará ser realizado para que o adolescente possa seguir adiante com sua vida.

Integrar a história significa aprender com a experiência, que ao ser elaborada e refletida pode produzir modificações. O recalcado se mantém na repetição, só possibilitando que o esquecimento aconteça de fato com o que pode ser compreendido e incorporado ao novo modo de agir e pensar. Para recriar o novo, é preciso antes reincorporar o passado, tirá-lo de seu limbo defensivo e liberar a energia que estava ocupada com o esquecimento ativo da repressão (KEHL, 1989).

É necessário que o processo de desligamento possa oportunizar a possibilidade de despedida, preparando a todos os envolvidos, tanto os adolescentes quanto a equipe e seus colegas ainda acolhidos, para o afastamento gradativo. Faz-se importante criar a oportunidade para que todos possam conversar sobre os medos e inseguranças assim como as saudades que a despedida poderá gerar. Como essa é uma questão muito delicada e que mobiliza muitos afetos, a maioria das instituições de acolhimento (mais de 80% das que foram avaliadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público) já procura viabilizar ações com este foco, como aponta o Relatório do CNMP (BRASIL, 2013). Contudo, o documento não relata detalhes e especificidades de tais ações.

5.2.

A IMPORTÂNCIA DE CONTAR SUA HISTÓRIA

Para que os adolescentes possam dar continuidade às suas trajetórias, a partir desse marco que é a saída do abrigo, é preciso não apenas todo o suporte e estrutura já expostos aqui, mas também a oportunidade de relatarem para alguém o que viveram até o momento. Vale relembrar que experiências como o abandono e rompimento dos vínculos não são necessariamente um problema para formação da identidade, pois o que importa é a possibilidade de significá-las ou simbolizá-las, mesmo com o caráter traumático que as acompanha.

Seligmann-Silva (2008) procura compreender a questão do trauma e a possibilidade de seu testemunho através da dimensão histórica, política e sociológica que ela carrega. Para o autor, em situações de catástrofes históricas, como genocídios, por exemplo, a memória do trauma é uma busca de compromisso entre a memória individual e o trabalho de reparação construído pela sociedade. Apesar de ter um olhar mais amplo sobre a questão, o autor propõe algumas reflexões pertinentes a esse trabalho, principalmente por estas procurarem caminhos para a (re)construção da relação entre o indivíduo que passou por situações de caráter traumático e as outras pessoas que integram a sociedade e com quem ele precisará interagir após a experiência.

Através de relatos de sobreviventes de catástrofes e de análises de outros autores como Primo Levi (1988), Dori Laub (1995), Hélène Piralian (2000), entre outros, o autor mostra que o testemunho se apresenta como condição de sobrevivência após situações radicais de violência, que muitas das vezes assumem o caráter de inverossimilhança para o próprio sobrevivente. A memória do trauma acaba por ser percebida como irreal, colocando em dúvida a realidade do próprio acontecimento. A imaginação se torna então um recurso para possibilitar o testemunho e um meio para a sua narração. Contudo, a simbolização do vivido nunca é integral, pois há algo da cena traumática que permanece incorporado no sobrevivente, restando um estranhamento do mundo. É esse estranhamento que demarca a irrealidade dos fatos, e o trabalho de simbolização se apresenta como tentativa de cobrir esse buraco.

A impossibilidade do testemunho se dá com a impossibilidade de se afastar da cena para relatá-la de forma lúcida e íntegra, pois, muitas vezes, o grau de violência contido nos acontecimentos se constitui como impeditivo desse afastamento. É preciso uma tarefa de construir o testemunho a posteriori, visto que para testemunhar é preciso certa distância do evento.

A situação testemunhal se dá no tempo presente. O tempo passado se faz presente, visto que o trauma é caracterizado pela memória de um passado que não passa. Poder simbolizar eventos traumáticos é também retemporalizá-los: ao colocá-los em um espaço simbólico, eles passam a ser compreendidos junto ao fluxo dos demais acontecimentos da vida. As repetições e metáforas da narrativa trabalham no sentido de dar uma nova dimensão aos fatos, e a re colocação do

acontecido nesse novo lugar possibilita a saída da posição de sobrevivente para que se possa voltar à vida.

Para Safra (2006), há determinadas situações em que não é possível a reparação propriamente dita, porém é possível a simbolização das experiências e objetos danificados através de novas experiências. Para que o narrador possa caminhar adiante e ter um novo posicionamento perante a vida, é preciso perdoar sua própria história, pois há nela um conflito, uma questão a ser superada.

A narrativa¹ contempla as facetas da existência humana. Ela guarda íntima relação com o ciclo de vida, pois inclui em si a origem, o caminho e o fim. A narrativa permite a resistência ao esquecimento, ao mesmo tempo em que assinala a morte do próprio narrador, visto que é preciso olhar a experiência como se sua vida já estivesse no fim, para ser possível recolher aquilo que de fato lhe foi significativo.

Walter Benjamin ([1936] 1987), por sua vez, também nos mostra que é no momento da morte, no final da vida, que o saber e a existência vividos do indivíduo assumem a forma do transmissível. Todos, mesmo um “pobre diabo” (BENJAMIN, [1936] 1987: 207), possuem uma autoridade digna de ser escutada, legitimada e reconhecida ao morrer. É na morte que se origina a autoridade, assim como esta é, por sua vez, derivada da morte.

O testemunho é um ato que tem implícito a dialogicidade, pois o que se dá é a necessidade de contar o fato a alguém. Mas para isso o sobrevivente depende também da vontade do outro de escutá-lo. Paradoxalmente, há uma barreira entre ele e os outros, o que o isola da vivência com os demais e dificulta o ato narrativo. Porém, é justamente esse ato que permite ultrapassar essa barreira, criando uma ponte que lhe possibilita sair do lugar da outridade, tornando a narrativa elementar e absolutamente necessária.

De acordo com Benjamin ([1936] 1987), narrar é intercambiar experiências, e a possibilidade de sua transmissão entre pessoas é a fonte dos narradores. A narrativa não pretende retirar algo de absoluto ou verdadeiro aos seus conteúdos, pois nela é impresso algo que é da marca do narrador, seus vestígios permanecem

¹Apesar de utilizarmos o termo narrativa, é preciso ressaltar que o campo conceitual e teórico utilizado aqui não é o da Psicologia Narrativa, que tem como foco, e entende como fundamental, o lugar da narrativa na organização da experiência humana. Nesta abordagem teórica a narrativa também está intimamente ligada as estruturas do sistema cultural, e organiza os significados compartilhados dentro desta.

nela. A partir do que conta, o narrador retira algo, seja de suas próprias experiências ou das que foram relatadas por outros, assim como os ouvintes incorporam algo para si desta narrativa. Mas para que se grave no ouvinte o que é narrado é preciso que ele se esqueça de si mesmo.

Safra (2006) concorda com Benjamin ao mostrar que narrar é compartilhar uma experiência, tornando-a presente. Mas para que a narrativa se concretize é preciso que haja também alguém que tenha presença e possa ser afetado por ela. A agonia inserida em uma história torna-se suportável quando é acompanhada do outro. Nesse encontro as dimensões fundamentais do ser humano são presentificadas, possibilitando acesso ao pertencer e à experiência de reconhecimento de si, tornando viável que sejam assinalados novos caminhos.

Nas modalidades de sofrimento atuais, verifica-se o anseio pelo encontro com o outro que lhe permita a oportunidade de pertencer, de comunicar e de conviver, um outro-raiz. A experiência e a narrativa demandam que o sujeito esteja enraizado em uma comunidade. O desenraizamento impede a sustentação e o reconhecimento pela comunidade, assim como sua experimentação e narrativa.

Benjamin ([1936] 1987) afirma que os soldados que voltavam para a casa após a Primeira Guerra Mundial se mostravam pobres quanto aos recursos pessoais para comunicarem suas experiências. Havia livros que relatavam os acontecimentos, mas não eram vivências transmissíveis oralmente. Isso porque as guerras, assim, como a pobreza econômica, a fome e a desmoralização dos governantes, tornavam tais experiências “radicais e desmoralizadas”. O autor entende isso como uma pobreza de experiência que ultrapassa a ordem do privado e atinge a humanidade como um todo, o que para o autor é uma nova forma de barbárie. Contudo, o autor vê algo de positivo nisso, pois é o que pode impelir os homens a construir e começar de novo. É um impulso que obedece a uma necessidade interna, mas que não corresponde à interioridade. Assim, haveria algo na modernidade que estaria a serviço da transformação da realidade.

A partir das reflexões de Benjamin, Lo Bianco e cols. (2010) mostram que na narrativa tradicional, anterior ao romance e à informação jornalística, o ato de contar era o que garantia a continuidade de uma experiência comum que podia ser transmitida entre gerações. Há, na narrativa, algo que resiste à significação, mas que ao mesmo tempo é conservado e resguardado, se inserindo na cadeia de transmissão e garantindo com isso a tradição. São pontos que caem do que é

narrado, mas que compõem justamente aquilo que é compartilhado. É a partir desses rastros que se forja a tradição, pois a palavra narrada, ao ser escutada, permite a sua permanência. Na transmissão da experiência através da narrativa era estabelecida uma cadeia que marcava os lugares. O que acontecia era a assimilação daquilo que era ouvido à própria experiência de quem escutava, e não a explicação sobre determinado tema.

A narrativa analítica guarda algumas semelhanças com a narrativa tradicional, visto que ambas se dão através da fala oral e não se constituem como um discurso explicativo. Contudo, ela não se apresenta como um retorno ao modelo anterior apresentado por Benjamim, mas sim permite a construção do romance sobre os pais enaltecidos através daquilo que dela resta. Torna-se possível ao eu individual encontrar seu lugar enquanto sujeito, já que isto não é mais possível através da experiência compartilhada.

Em *Recordar, repetir e elaborar* ([1914] 2010), Freud revela que é a partir da fala, estimulada pela transferência, que se rompe com as barreiras da repressão, abrindo a possibilidade de sair da repetição sintomática da história. Isso se constrói através da principal técnica psicanalítica, que consiste na tarefa de descobrir, a partir de pensamentos espontâneos que são verbalizados pelo indivíduo, o que este não consegue recordar. Para isso, o analista se utiliza da interpretação a fim de reconhecer e contornar as resistências e torná-las consciente para o analisando. Sendo dominadas, este pode relatar as situações e nexos esquecidos, preenchendo as lacunas da recordação.

São diversas as possibilidades de configurações das lembranças e esquecimentos. No entanto, existem determinados conteúdos esquecidos e reprimidos que de alguma forma já haviam se manifestado no paciente através dos sintomas ou traços patológicos de caráter, e que, a princípio, não são passíveis de serem lembrados através da fala, se manifestando através das atuações do analisando. Sua reprodução se dá como atos e não como lembranças, sendo repetidos através do comportamento, tanto no contexto analítico, quanto no cotidiano, sem o paciente ao menos soubesse o que estava fazendo. Este se submete a uma compulsão à repetição que substitui o impulso de recordar. O atuar é proporcional à intensidade da resistência, visto que a recordação do que foi esquecido corresponde ao total afastamento de suas manifestações motoras.

É preciso tempo para que o indivíduo elabore e supere as resistências, e mesmo com elas ainda presentes o trabalho deve prosseguir conforme a regra fundamental exposta acima. Os sintomas levam tempo para serem reconduzidos ao tempo passado, e durante o trabalho terapêutico muitas vezes eles continuam se manifestando como questões atuais. Nesse processo, o que é visado é a reconciliação com o reprimido que se manifesta nos sintomas.

É preciso ter claro que a transmissão da história se dá não só através daquilo que é dito, mas também através do não dito. Este, muitas das vezes, implica naquilo que do passado pode ser demasiado penoso, e por isso leva a crer que deva ser apagado e esquecido para que seja possível construir um futuro que independa dele. Apesar disso, relatar as experiências, por mais dolorosas que sejam, propicia a criação de novas cenas. Não se trata de tomar a história através de uma sequência de datas e fatos, mas de compreender que eles existem enquanto trama de sentidos. O não dito é justamente o que permite que novos sentidos possam ser produzidos, pois é na sua falta e na exigência de seu preenchimento que se constrói o que será a história de cada um (Rosa, 2001).

Souza e col. (2012), ao falarem sobre a importância de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente contarem e escutarem sobre sua própria história, ressaltam que a construção de uma relação respeitosa entre o adolescente e os adultos que o cercam implica não apenas em escutar o que é dito. Se faz imprescindível também a compreensão sobre o que pode ser metabolizado e o que está na ordem do intolerável, precisando ser negado ou esquecido, ao menos naquele momento. Dessa forma, escuta e respeito são dois elementos intrínsecos que se constroem em uma via de mão dupla: escutar o adolescente implica em respeitar e estar atento às suas sinalizações acerca do que ele deseja ou pode fazer com sua própria história.

Ainda que tenham direito às informações sobre seu contexto e história familiar e sobre as decisões processuais que determinaram sua vida até então, o modo de contá-las ou permitir que eles mesmos relatem tais histórias assume um caráter violento se elas são tomadas de forma literal e apresentadas de forma crua, sem mediações e sem considerar os diversos significados do que é produzido nas narrativas. Há um equívoco que se estabelece quando a resposta dos adultos desconsidera os sentidos atribuídos pelo adolescente sobre sua própria história. Esta acaba por ser formulada tendo em consideração somente os fatos objetivos, como

se eventos e dados não pudessem ser questionados, pois, a eles é conferido o valor de “verdade”. É uma suposta objetividade estabelecida sobre questões que muitas vezes os adolescentes ainda não tiveram tempo de formular, e com a imposição de seu atributo ao há para ser dito dá-se o fechamento às possibilidades de tecer sentidos para a história vivida.

O apego a uma suposta verdade pode ser destrutivo, pois esta nunca será dita integralmente, uma vez que não há enunciado que porte o saber completo sobre ela. A realidade a ser conhecida não é definitiva e gera consigo curiosidade e desejo. Um dos atributos da “verdade” é a questionabilidade, pois com ela é suposto o engano, visto que é sempre possível que ela seja abandonada, permitindo o percurso de um caminho de verificabilidade contínua.

Ao se escutar uma narrativa não é preciso se preocupar em reconstruir a “história verdadeira”. Essa é fruto da memória de quem a conta, atravessada pelo conjunto das experiências passadas, pelo momento presente e pelas formas de apresentá-la e interpretá-la (CARRETEIRO, 2013). O processo de narrativa confere ao jovem a oportunidade de criar a trajetória não apenas do que foi vivido no passado, mas também do que possa ser vivido dali em diante. Se apoiar em uma história de origem facilita o processo de construção da identidade, pois ao serem escutados são também elevados à condição de sujeitos.

Com relação a isso, Altoé (2010), mostra que para que uma história diferente possa ser construída, o desejo do adolescente precisa ser reconhecido. O que costuma determinar suas entradas no circuito institucional é atravessado por um julgamento de valor que, supostamente visando ao seu bem, decide sobre o que será bom ou não para ele. Pensa-se por e para essa pessoa, sem que haja margem para o imprevisto e para o surgimento do desejo. É preciso que o processo de educação deixe lugar para esse desejo e permita um espaço de invenção permanente.

Rossetti-Ferreira, e cols. (2010) nos lembram sobre a necessidade de compreender cada caso em sua particularidade sem, entretanto, descontextualizá-lo da situação social em que se encontra, visto cada indivíduo ser a expressão de uma específica situação social. Para isso, é preciso o entendimento de que o sujeito participa de um sistema mais amplo, que envolve sua história familiar e comunitária. Deve-se considerar que esses adolescentes costumam circular de um contexto ao outro, quase sempre submetidos às decisões dos adultos e, muitas vezes, sem serem informados sobre as providências que são tomadas e lhes dizem respeito.

Para que sejam tratados como sujeitos ativos e detentores de direitos é preciso que sejam ouvidos.

Quanto a isso, Winnicott ([1962] 1983) comenta que a palavra infante significa “sem fala”, e que os primeiros momentos da vida são pensados como aquele anterior ao uso das palavras como símbolos. Dessa forma, dar voz aos adolescentes é permitir que eles possam de fato se colocar como seres autônomos e capazes de caminhar rumo a independência.

A própria legislação, Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Brasil, 2009), ressalta que os serviços de acolhimento têm como função promover o fortalecimento da autonomia, sendo um dos meios para tal a escuta e do respeito à fala e ao direito de estar ciente sobre as decisões que determinarão a sua trajetória, assim como ter acesso a informações pertinentes, como situação familiar e motivo do acolhimento.

Tais reflexões remetem aqui a necessidade de o adolescente narrar sobre suas experiências, anteriores e durante o acolhimento, justamente no momento do desligamento, quando lhe é possível olhar para o passado já com certo distanciamento, visto que é um momento também marcado pela expectativa do futuro. Tal distanciamento também é sustentado a partir dessa “morte” simbólica com relação ao seu lugar na instituição, que marcava não só o seu posicionamento enquanto sujeito a ser cuidado por ela, mas também o seu lugar como criança/adolescente diante da sociedade. A partir do desligamento, o jovem estará inserido no mundo por meio de outra posição, não mais estando sob a proteção da lei e da instituição, o que atravessará também suas novas relações sociais.

A oportunidade de contar sua história a alguém que o escute permite a construção de uma linha narrativa e de continuidade. A conversa implica que o adolescente também seja um interlocutor que esteja participando de uma relação dialógica, na qual pode se colocar e construir em conjunto o percurso da conversa. Ao ser escutado, ele se engaja na conversação e tem sua narrativa estimulada, de modo a poder refletir.

Apesar do sentimento de desamparo que possa ser mobilizado, o adolescente ganha uma autoridade sobre sua própria história através de sua narrativa. Com isso há também a possibilidade de criação do novo e de reconstrução de novas trajetórias, e não da repetição sintomática da história passada, de uma cadeia de fatos e acontecimentos marcados pela precariedade, violência e abandono.

Através da fala, eles podem não apenas compreender suas inseguranças quanto ao futuro, mas também olhar de um novo modo a sua própria história, a fim de reconstruí-la, mesmo que tenha marcas dolorosas. As experiências de acolhimento institucional precisam ser relatadas e refletidas para que possam ganhar significado, visto que o passado, por mais difícil que seja, é o que integra a história do indivíduo até aquele dado momento. Ela precisa ser respeitada e tratada de modo sensível. Ademais, ter consciência do que sentem e pensam e avaliar os efeitos de suas vivências contribui para a construção de saídas alternativas.